

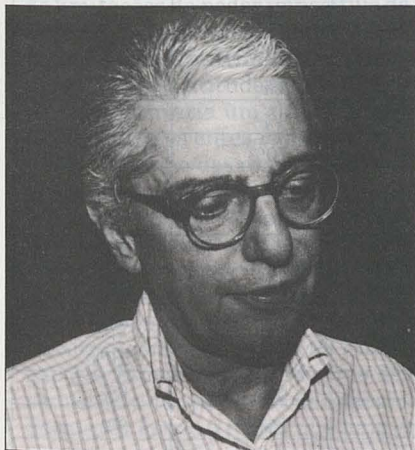
# Prefeituras articulam defesa das rendas municipais

**Oswaldo Maneschy**

**N**este momento em que a palavra da moda é desconstitucionalizar, as prefeituras se mobilizam pelo país afora, em defesa de seus interesses. É generalizado o temor de que a União queira tomar de volta – via reforma fiscal e tributária – conquistas e avanços obtidos pelos 4.974 municípios brasileiros na Constituição de 1988.

O economista François Bremaeker, do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas, ligado ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), considera como “o melhor de todos os tempos” o tratamento dispensado às prefeituras pela atual Constituição. Isto, pelo fato de os municípios terem asseguradas, de forma clara, a autonomia e as fontes de recursos.

**Ameaças no ar** – Mas, no bojo das reformas constitucionais propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, está, entre outros pontos polêmicos, a redivisão da arrecadação – é claro que em benefício da União endividada. Os municípios estão reagindo e se organizando para enfrentar a ameaça,



**Sampaio: prejudicar prefeituras na reforma equivale a desassistir a população**

através de encontros regionais, estaduais e até nacionais.

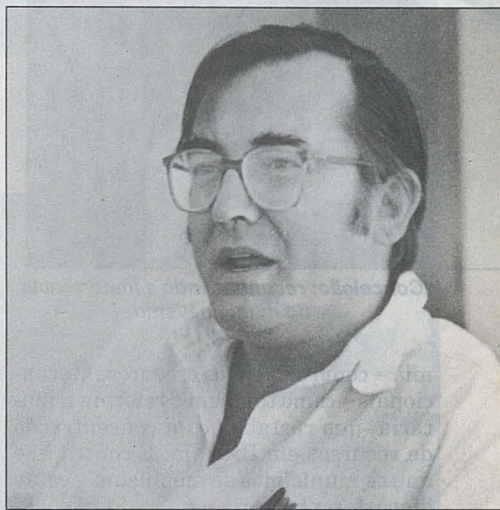
No Rio de Janeiro, o Ibam organizou e sediou, nos dias 16 e 17 de maio, um seminário com a participação de prefeitos, vereadores e secretários de Fazenda procedentes dos vários municípios fluminenses, inclusive a capital. As palestras e debates geraram um manifesto – que também será assinado por prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores – em defesa dos municípios.

A economista e deputada federal Maria da Conceição Tavares (PT/RJ) participou do seminário e revelou acreditar que a solução para os problemas do Brasil começa, necessariamente, pela instância local. “Sempre defendi o fortalecimento da União, mas hoje estou convencida de que ela está tão desorganizada, o país tão destruído, que, para consertarmos o que está aí, precisamos recomeçar a partir dos municípios.”

**Passe de mágica** – As melhorias advindas das mudanças promovidas pela Constituição de 1988 só começaram a ser sentidas em 1989, em termos práticos, segundo levantamento do economista François Bremaeker, e que deveriam se consolidar em 1990. Mas, outros dispositivos ficaram aguardando regulamentação, através de legislação complementar, e isso não aconteceu até hoje.

Segundo Bremaeker, estabelecido o novo arcabouço institucional, esperava-se que, como num passe de mágica, tudo estivesse equacionado e a administração pública funcionasse a contento, uma vez ajustadas as competências das três esferas de governo à nova distribuição de recursos.

“Mas, a prática não se amoldou à teoria, por mais que alguns técnicos do governo afirmassem, com meia dúzia de números, que as coisas andavam bem. A realidade era bem diferente”, argumenta Bremaeker. Em 1990, houve, graças ao Plano Collor, estancamento momentâneo da inflação, ao mesmo



**Bremaeker: a Constituição dispensa o melhor tratamento aos municípios**

tempo em que os recursos das empresas e das pessoas físicas eram bloqueados. Uma das maneiras de liberar recursos foi a de quitar débitos com o governo. Como era bom negócio desbloquear recursos, isto promoveu uma receita recorde para todas as esferas do governo, em 1990, o que trouxe expressiva elevação dos valores de transferências.

E nesse momento de recursos fartos, continua François, aumentaram as despesas dos municípios, o que os levou a assumir novos encargos, principalmente na área da saúde – pois a expectativa reinante era a de que as receitas se mantivessem em alta. Só que a festa acabou. Nos anos que se seguiram, o processo recessivo da economia e as altas taxas de inflação corroeram o valor das transferências e aumentaram a sonegação de impostos.

A conjugação desses fatores negativos foi a pior possível. Tanto a União quanto os estados e os municípios se viraram em dificuldades financeiras. Afofada em problemas, a União quer aproveitar o apoio de que desfruta no Congresso para emplacar não só as privatizações e a abertura completa da econo-



**Conceição: reconhecendo a importância do municipalismo**

mia – como exigem os credores internacionais – como também a reforma tributária, que restabeleça a concentração de recursos em Brasília. É contra isso que os municípios se mobilizam e estão dispostos a brigar.

**Trabalho permanente** – Carlos Antônio Sasse, secretário de Fazenda de Niterói e um dos participantes do seminário no Ibam, acha fundamental que as prefeituras fluminenses, principalmente as pequenas e médias, este-

jam permanentemente em contato e mobilizadas.

“A organização é importante, porque os governadores já estão atentos, como também as capitais, que têm maior poder de fogo”, argumenta. “Daí, a necessidade de os pequenos e médios municípios também defenderem os seus interesses. Para que não sejam apanhados novamente de surpresa, como aconteceu no caso do Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis (IVVC). Cobrado a partir de 1988, o tributo municipal está com sua extinção marcada para 1º de janeiro próximo”, reclama o secretário niteroiense.

Para Sasse, o momento é de se trabalhar muito na conscientização dos administradores das prefeituras contra os riscos contidos na anunciada reforma tributária do governo, sendo importantes os seminários, como o promovido pelo Ibam.

O manifesto aprovado, na opinião do prefeito de Niterói, João Sampaio, “é claro e preciso, e atinge o objetivo de alertar que a reforma tributária não pode ser feita em prejuízo dos municípios”. Sampaio argumentou que, além da população não agüentar novos aumentos da carga tributária, com a crescente municipalização de serviços básicos, como saúde e educação, “é preciso manter intocadas as fontes de receita das prefeituras, para evitar que entrem em colapso”.

**Desconstitucionalizar** – Entre os participantes, tornou-se clara a preocupação de que o Congresso não deve autorizar o Executivo a desconstitucionalizar os itens que beneficiam os municípios brasileiros. O manifesto elaborado no seminário será amplamente divulgado e enviado à Comissão de Tributação do Congresso. As prefeituras estimam que a frente municipalista suprapartidária reúna mais de 200 dos atuais deputados federais e senadores.

**Pesquisa** – O Ibam realizou em março último, em conjunto com o Ibope, uma pesquisa em cerca de 10% dos municípios brasileiros (163 com menos de 10 mil habitantes, 118 entre 10 mil e 20 mil, 93 entre 20 mil e 50 mil, e 53 com população acima de 50 mil moradores). Destacaremos aqui apenas uma das diversas tabelas de respostas: a que define os temas que as municipalidades consideram prioridades para sua atuação, sob a ótica da descentralização. Saúde, Educação, Habitação e Saneamento, Assistência Social e Eletrificação Rural são assuntos prioritários de interesse das prefeituras. Indicando ainda o nível de desinformação, a questão do meio ambiente registra pouco interesse das municipalidades. Veja o quadro, com detalhamento por regiões:

RESPOSTA	TOTAL	REGIÕES				
		Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
BASE	427	37	34	134	131	91
Assistência social	33%	43%	19%	29%	41%	30%
Saúde	89%	87%	88%	90%	89%	88%
Defesa sanitária	3%	0%	8%	2%	4%	2%
Previdência social	5%	0%	8%	3%	8%	4%
Educação	71%	53%	69%	76%	70%	70%
Irrigação	8%	10%	4%	15%	4%	4%
Recursos hídricos	5%	0%	0%	10%	3%	3%
Habitação e saneamento básico	55%	77%	62%	47%	55%	56%
Transportes	5%	0%	4%	3%	7%	8%
Meio ambiente	3%	10%	0%	2%	1%	6%
Eletrificação rural	19%	13%	23%	29%	11%	16%
Telefonia rural	6%	3%	8%	5%	5%	8%
Abastecimento	4%	10%	4%	5%	3%	3%
Não sabe/não opinou	1%	0%	0%	0%	2%	2%

A soma das porcentagens ultrapassa 90% em virtude de múltiplas respostas para esta pergunta